EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE VITÓRIA (ES) – COMARCA DA CAPITAL.

Ref. **processo n.º 5012090-78.2023.8.08.0024.**

FRIGORÍFICO CORELLA LTDA (em recuperação judicial), já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados ao fim assinados, comparece ante esse h. Juízo para expor e ao final requerer:

Como se verifica da decisão anexa, nos autos da ação de execução n.º 1093581-43.2023.8.26.0100, que o Banco Sofisa S/A move em face da Recuperanda e Outros, tendo como título executivo a Cédula de Crédito Bancário n.º PII21975-4, garantida por Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Direitos, o h. Juízo da 30ª Vara Cível de São Paulo-SP solicita, em cooperação, pronunciamento desse h. Juízo acerca da concursabilidade, ou não, do crédito.

Sem qualquer crítica, a decisão de fls. 422-423 anexa, parte do princípio de que, havendo garantia fiduciária, seria o crédito extraconcursal por força do § 3º, do art. 49 da LF-05.

Contudo, a questão jurídica que se coloca, a partir do entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria é que **“os credores fiduciários estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial somente em relação ao montante alcançado pelos bens alienados em garantia”¹**; sendo possível concluir que **“eventual saldo devedor superior ao montante do bem terá natureza concursal”²**.

A premissa supra identificada propugna pela aplicabilidade ao caso concreto dos fundamentos extraídos de dois (02) precedentes da 3ª Turma do STJ (REsp 1.953.180/SP e AgInt no AREsp n. 1.810.708/SP), donde é possível concluir que **a garantia fiduciária limita-se ao produto dos recebíveis das duplicatas que o banco possui**, não sendo este suficiente à liquidação do percentual de 50% o saldo não prossegue de forma extraconcursal, tal como almeja o Banco Sofisa e intui o Juízo da 30ª Vara Cível de São Paulo-SP, data vênia.

Muito pelo contrário, neste limite de 50% o saldo eventualmente não liquidado pelas duplicatas se sujeitará aos efeitos da recuperação, independentemente da permanência ou não na segunda lista publicada pelo Administrador Judicial (LF-05, art. 7º, § 2º) após verificação administrativa.

Os argumentos supra ressoam o julgamento do AgInt nos EDcl no REsp 2.038.417/RS realizado pela Terceira Turma do STJ a respeito do tratamento a ser conferido ao saldo devedor do contrato não liquidado pelas duplicatas cedidas em garantia.

Trata-se de questão relevante, na medida em que **“a extraconcursalidade do crédito acobertado por alienação fiduciária limita-se ao valor do bem dado em garantia, sobre o qual se estabelece a propriedade resolúvel”³**. E nesse ponto, a propósito, é de se reconhecer que sendo o fundamento da extraconcursalidade a existência de cessão fiduciária de recebíveis à mingua destes para solver o débito não há

¹ REsp n. 1.953.180/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 25/11/2021, DJe de 1/12/2021.

² AgInt no AREsp n. 1.810.708/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 15/5/2023, DJe de 17/5/2023.

³ REsp 1.933.995/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2021, DJe de 9/12/2021.

como se prosseguir com a execução para alcança de bens da Recuperanda, pois em recentíssimo precedente a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reafirmou que “**a extraconcursalidade do crédito garantido por alienação fiduciária ou cessão fiduciária de crédito limita-se ao valor do bem dado em garantia, devendo eventual saldo devedor ser habilitado como crédito quirografário**”⁴.

Por todo o exposto, à luz dos argumentos postos, requer se digne esse h. Juízo em decidir acerca da **concurzalidade** da Cédula de Crédito Bancário nº PII21975-4, garantida por Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Direitos, conforme solicitado em cooperação pelo h. Juízo da 30ª Vara Cível de São Paulo-SP, nos autos da ação de execução n.º 1093581-43.2023.8.26.0100.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Vitória-ES, 13 de maio de 2025.

pp. Bruno Reis Finamore Simoni
OAB (ES) 5.850

pp. Luiz Felipe Zouain Finamore Simoni
OAB (ES) 9.068

pp. Thiago Fonsêca Vieira de Rezende
OAB (ES) 10.866

⁴ AREsp n. 2.787.595/GO, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 28/4/2025, DJEN de 6/5/2025.